

**SANTOS, Milton.(1993) A URBANIZAÇÃO  
BRASILEIRA. São Paulo: Ed. Hucitec,  
157 pgs.**

*Aldo Aloisio Dantas da Silva<sup>1</sup>*

MILTON SANTOS é professor titular de Geografia Humana do Departamento de Geografia da USP.

Geógrafo conhecido no Brasil, na África, nos Estados Unidos e no Canadá, na Europa, etc.

Já publicou vários livros, alguns deles bastante conhecidos da comunidade geográfica, como é o caso de "Por uma Geografia Nova", "Espaço e Método", etc.

Agora Santos oferece à comunidade acadêmica mais um livro que trata de um assunto que conhece bastante qual seja aquele voltado para a problemática da urbanização no terceiro mundo.

Este livro, dedicado ao Brasil, vem, na realidade, preencher duas lacunas: uma na própria produção de Santos; a outra na produção da Geografia Urbana brasileira.

---

1 Pós-graduando do Programa de Geografia Humana da FFLCH da USP.

Aldo D. da Silva

No capítulo intitulado "A Urbanização Pretérita" o autor nos diz que grosso modo "é a partir do século XVIII que a urbanização se desenvolve..."(p.19) e a cidade se transforma no locus preferencial de moradia do fazendeiro ou do senhor de engenho.

Para se referir ao período anterior o autor toma um estudo de Nestor Goulart Reis (1968) onde este se refere à três fases de organização do território. Uma primeira entre 1530 e 1570 com maior intensidade entre 1530-40 e entre a fundação do Rio de Janeiro e de Filipéia da Paraíba. Uma segunda fase entre 1580 e 1640 - dominação espanhola - com dois pontos de intensidade, 1610-20, 1630-40 e com "uma urbanização sistemática na costa norte, em direção à Amazônia" (p.18). Uma terceira fase entre 1650 e 1720 período em que foram fundadas 35 vilas e onde duas se elevaram à categoria de cidade.

Para Santos este período diz respeito "muito mais da geração de cidades, que mesmo de um processo de urbanização"(p.20), pois trata-se de um período onde predomina uma economia "natural", onde os lugares não mantêm forte relação entre si, além do empecilho que representa a grande dimensão territorial.

Mesmo fazendo estas ressalvas o autor considera que a base para o entendimento do povoamento e do surgimento de cidades é o desenvolvimento da atividade agrícola comercial e a atividade mineradora.

Segundo o autor a urbanização brasileira se liga a dois grandes regimes: o primeiro diz respeito, preponderantemente, às funções administrativas; o segundo se refere aos anos pós 40-50 onde "os nexos econômicos ganham enorme relevo, e se impõem às dinâmicas urbanas na totalidade do território..."(p.24). Ao se imporem, os nexos econômicos vão paulatinamente quebrando a estrutura em arquipélago que caracterizou o Brasil durante séculos, e a partir daí prevalecerá a lógica da industrialização, tendo em São Paulo o seu pólo dinâmico.

No capítulo 4 Santos expõe o que entende por meio técnico -científico: é o meio "no qual a construção ou reconstrução do espaço se

dará com crescente conteúdo de ciência, de técnicas e de informação."(p.35).

O meio técnico-científico que, para o autor, deveria se chamar mais apropriadamente de meio técnico-científico-informacional, está relacionado "aos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização."(p.35-6). A informação desponta aí como principal elemento do processo social.

Para Santos a expressão meio técnico-científico poderia substituir a de região concentrada, o que quer dizer que este meio técnico-científico abrange o Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, além de áreas pertencentes às grandes capitais. O território brasileiro como um todo não seria um meio técnico-científico.

O meio técnico-científico se movimenta de forma contínua e dispersa, isto é, contínua na região concentrada e pontuada no restante do país. Isto favorece a especialização do território e 'promove' "uma nova geografia regional que se desenha, na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe."(p.41).

O meio técnico-científico seria o movimento de fundo no território e na sociedade que terá como consequência uma nova urbanização.

Esta nova urbanização exige uma maior quantidade de trabalho intelectual que terá consequências sobre a terciarização "ou quaternarização?"(p.49).

A nova urbanização que tem como movimento de fundo o meio técnico-científico ordenará uma nova ordem que diz respeito à divisão territorial do trabalho e trará como consequência um papel adverso daquele de outrora, e diverso entre as cidades de hoje. Ademais a influência de São Paulo passa a ser de onipresença em todo o território, via informação.

Aldo D. da Silva

No capítulo sobre diversidade regional o autor nos mostra, de forma bastante interessante, a evolução e diferenciação dos percentuais urbanos nas regiões brasileiras.

Nos chama, de imediato, à atenção para os equívocos que podem surgir em função de comparações simples entre índices numéricos. "Por exemplo, em 1940, conforme já vimos, a taxa de urbanização da Amazônia era sensivelmente parecida à do Sul. Mas os nexos que estão por detrás dos números são bem diversos." (p.59).

Segundo Santos ao se analisar a Amazônia deve-se levar em conta seu passado extrativo, sua agricultura de subsistência, sua densidades econômica e demográfica, os quais não lhes favoreceram ao desenvolvimento de núcleos urbanos fortes, exceto aqueles formados para abrigar o poder político-administrativo. Isto favorecerá uma macrocefalia em função de "uma divisão do trabalho incipiente." (p.60).

A divisão territorial do trabalho, no Sul e Sudeste, é diversa daquela da Amazônia. Naquelas "a interação, entre as cidades acelera o processo de divisão territorial do trabalho que lhes deu origem e, por sua vez, vai permitir o avanço dos índices de urbanização,..." (p.60).

O Sudeste se caracteriza por ser uma região de vocação para o presente onde a adaptação ao moderno se dá de forma progressiva e eficiente. São Paulo desponta como grande representante desta vocação para o presente "pois constantemente abandona o passado, volta-lhe permanentemente as costas e, em contraposição, reconstrói seu presente à imagem do presente hegemônico,..." (p.63).

É só nos anos sessenta que o Nordeste verá seus índices de urbanização evoluírem isto em função do desenvolvimento das comunicações, do consumo e da maior inter-relação regional via industrialização e modernização do território.

Esta pouca evolução nos índices de urbanização nordestina, antes dos anos sessenta, é, segundo Santos, em função de sua estrutura fundiária hostil.

Santos ao se referir ao Centro-Oeste (e, mesmo, a Amazônia) (p.61) nos diz que este é bastante receptivo à urbanização em função de seu caráter 'quase virgem'. Pois não possui infra-estrutura, nem "investimentos fixos vindos do passado..."(p.61). Assim sendo, "...o novo vai dar-se com maior velocidade e rentabilidade."(p.61).

Em função da diferenciação dos impactos de modernização do território, recentemente, as regiões se comportam de forma diferente, no entanto existe em todas elas uma revitalização do processo urbano.

A análise, segundo Santos, das diversas regiões deve sempre levar em conta sua situação precedente e, fundamentalmente, como se deu a divisão territorial do trabalho ou "pela maneira diferente como, a cada momento histórico, foram afetadas pela divisão inter-regional do trabalho."(p.60).

A lógica da diferenciação regional deve ser entendida segundo a lógica "dada pela divisão territorial do trabalho em escala nacional, que privilegia diferentemente cada fração do território a um dado momento de sua evolução."(p.61).

Ao se expandir o meio técnico-científico traz como consequência um país dividido em "espaços da racionalidade, espaços inteligentes e espaços incompletamente tecnificados, espaços opacos."(p.65). Em função deste entendimento, e levando em consideração o movimento de urbanização e o desenvolvimento do capitalismo no campo, o autor divide o território - grosseiramente, segundo o próprio - em espaços agrícolas e espaços urbanos, se opondo às velhas noções de " 'regiões rurais' e de 'cidades' ". (p.65). Para Santos as regiões agrícolas, hoje, contêm cidades e por outro lado as regiões urbanas contêm atividades rurais.

Entretanto o autor não leva este raciocínio a cabo para todas as regiões. Nas regiões deprimidas as demandas relacionadas ao rural são de qualidade e de quantidade inferiores àquelas onde o meio técnico-científico se firma. Nas regiões deprimidas "os níveis de renda são baixos e a modernização agrícola é inexistente, pontual ou incipien-

Aldo D. da Silva

te,..."(p.66), neste caso a cidade se sobressai "...através da conhecida dicotomia rural-urbano."(p.66)

Para Santos são quatro os momentos de significação das metrópoles: primeiro quando o Brasil se configura em arquipélago, sem comunicação fácil entre os lugares; o segundo é o momento de esforços para formação de um mercado único, porém com uma integração limitada ao sul; o terceiro é o momento em que se constitui o mercado único; o quarto é o momento de ajustamento deste mercado que é único porém segmentado.

É, segundo o autor, a hierarquização do mercado articulada com as firmas hegemônicas "que comandam o território com o apoio do Estado."(p.89).

A dispersão-concentração é característica da dinâmica do território e se particulariza segundo períodos históricos. Esta é a posição do autor, o qual a desenvolverá principalmente no cap. 10.

Hoje este movimento influencia diretamente nas cidades de todos os tamanhos fazendo com que haja uma nova urbanização muito vinculada à divisão territorial do trabalho.

Mesmo a área que compreende a cidade de São Paulo e sua região metropolitana é atingida constantemente por uma nova divisão territorial do trabalho. Isto em função da geração de muitas atividades de ponta que lhe garante a presença em todo o território, garantindo "fluxos de informação indispensável ao trabalho produtivo."(p.90). Neste sentido "o tempo que está em todos os lugares é o tempo da metrópole,..."(p.91).

Uma vez o mercado unificado, sua ampliação se dá sob forte influência de corporações cada vez mais vigorosas. O autor nos mostra como os conglomerados se concentram e se dispersam ao tempo que se expande e tende a dominar todo o território.

Esta expansão e modernização é "Legitimada pela ideologia do crescimento,..."(p.106), o que favorecerá grandes mudanças na sociedade. Tais mudanças viabilizam "as condições de operação de grandes empresas, nacionais e estrangeiras (...) e cujo papel direto ou por intermédio do poder público, no processo de urbanização (...) permite falar de urbanização corporativa e de cidades corporativas."(p.106).

No decorrer do cap. 12 o autor nos mostrará, de maneira bastante lúcida, como este processo se efetiva.

Alguns problemas do livro: de início fica sem explicação o porque do uso da periodização elaborada por Goulart Reis. Uma periodização que, da forma como foi exposta, não suportaria alguns porquês, alguns como, etc. e logo após se referir a ela, o autor a abandona.

Às vezes aparecem algumas coisas óbvias, do tipo: "O forte movimento de urbanização que se verifica a partir do fim da segunda guerra mundial é contemporâneo de um forte crescimento demográfico, resultado de uma natalidade elevada e de uma mortalidade em descenso, ..." (p.31).

Na p.20 se faz uma comparação entre Salvador do século XVIII e aglomerações dos EUA sem se explicar o porquê da comparação. Na p.29 em nota de pé de página o autor faz uma outra comparação, desta vez entre índices brasileiros e iugoslavos, que além das semelhanças numéricas, não nos dizem mais nada.

Nos cap. 03,08 e 09, principalmente, o autor exagera nos comentários sobre os números e, na maioria das vezes, repete em texto o já exposto em tabelas.

Ao analisar a Amazônia o autor diz que o novo se dá, aí, com maior velocidade e rentabilidade(p.61). Enquanto no Nordeste a estrutura fundiária hostil "ajudava a manter na pobreza milhões de pessoas, e impedia uma urbanização mais expressiva."(p.62). Aqui cabem algumas questões: a rentabilidade na Amazônia é rentabilidade prá quem? A estrutura fundiária só é hostil no Nordeste? E os conflitos - na Ama-

Aldo D. da Silva

zônia - gerados pela 'geografização' do meio técnico-científico? O processo de urbanização amazônico não gerou e mantém grande número de pessoas na pobreza?

O discurso que se estabelece, especialmente nos cap. 06, 07 e 10, é um discurso bem montado, bem fundamentado, que vale a pena ser lido por todos que, de uma forma ou de outra, se interessam pela problemática urbana brasileira. No entanto, é um discurso de autonomização, ou melhor de fetichização da técnica, da coisa, do material. Acompanhando um grande sociólogo brasileiro, diríamos que é um discurso evolucionista que não leva em conta as formas engendradas pelas contradições do capital numa sociedade de passado colonial e escravista e de presente dependente.

Neste livro o 'movimento' de urbanização é o movimento 'natural' do desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional onde a história é parcial, os conflitos não existem ou existem apenas pontualmente. Logo neste país, onde todo o seu processo de 'desenvolvimento' foi e ainda o é um processo calcado na dor; no sofrimento; na violência, cada vez mais generalizada; na morte, no silêncio e no medo, muito medo.